VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

ENTRE A CASA E A RUA: OLHARES, MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS NOS JARDINS DAS RESIDÊNCIAS RECIFENSES NO ESTADO NOVO (1937 – 1945)*

Renata Patrícia Silva Moraes**

Certo dia a senhora Rosário Sampaio decidiu modificar um pouco a sua pensão na Rua da Aurora[1] vendo que seria interessante "modernizar" a frente do seu sobrado-casarão[2] rearranjando o jardim, mas não muito; pois talvez essa senhora devesse ter pensado que não haveria de cair bem para mulheres de respeito certas aparências exageradas nem no corpo nem na casa. Por isso, sempre o vestido preto e o zelo pela ordem e discrição. Cantar marchinhas indecentes ou quaisquer comportamentos indecorosos eram sumariamente proibidos pela solteirona.

Explicou ao pedreiro o que desejava e assim entenderam o que deveria ser um jardim moderno: roseiras e canteiros posicionados de forma um pouco menos convencionais. Seria a senhora Rosário uma nazista, uma apoiadora do Reich ou – pior

---

* Texto apresentado para o VII Simpósio Nacional de História Cultural em novembro de 2014 no simpósio numero 40 – Representações Urbanas: criações e disputas de identidade e estigmas na cidade.

** Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco com a pesquisa O Lar e a Ordem: moradia e cotidiano doméstico no Recife durante o Estado Novo (1937-1945). E-mail: renatapsmoraes@gmail.com

1 "É como o Recife: tem de tudo". Suplemento Aurora, Jornal do Commércio. 06/11/2011. A descrição aqui presente e usada como exemplo para este texto foi baseada nas informações divulgadas na matéria referida.

2 Entre essas construções existem diferenças relevantes mas na matéria os autores referiram-se à mesma residência pelas duas formas, portanto o uso combinado de ambas parece adequado.

ainda – uma "quinta coluna"? Pois depois de certo tempo, começou Marta, uma das residentes da pensão e sobrinha de Rosário, a ser chamada de "alemãzinha". Ironicamente, na casa de uma família que não gostava da ideologia em voga na Alemanha daqueles dias, o pedreiro fez canteiros com formas de suásticas. O jardim foi desarranjado mas os boatos ainda corriam.

Enquanto isso, o menino Rostand corria. Junto com seus amigos, pulava os muros e ganhava os quintais dos vizinhos a perseguir todo tipo de animais domésticos e se empenhar na retirada de mangas, parando as brincadeiras apenas no fim da tarde para tomar banho, jantar com a família e ler seus gibis[3]. O Recife das ruas agitadas, dos cinemas, dos passeios, da pobreza de muitos e riqueza de poucos. Uma cidade sinônimo cada vez maior de saudade diante da destruição de bairros, avenidas e residências.

I – "A CASA ANTIGA ERA FEITA PARA SER HABITADA"

Segundo Naslavsky, em áreas da cidade mais tradicionais como Graças e Apipucos a, digamos assim, ousadia das classes mais abastadas se remeteu a um estilo normando/germânico apelidado por "castelinho", já em áreas de urbanização mais recente podia-se encontrar construções ainda mais exóticas como a Casa Navio. Através das que ainda hoje são conservadas, das fotos e demais registros que encontramos sobre, a busca de seus primeiros moradores - herdeiros da indústria açucareira, imigrantes estrangeiros, altos funcionários e profissionais liberais que enriqueceram classe média ascendente e outros comumente classificados enquanto "burguesia"- era por aparentar maior sofisticação através de suas formas de morar e viver, segundo o que se pode interpretar no que circulava (elogiando ou não) nos jornais e revistas da cidade sobre seus moradores, sendo os bangalôs[4] e palacetes a grande expressão desse estilo de vida.

---

[3] PARAÍSO, Rostand. Antes que o tempo apague: crônica dos 40 e 50. Recife: Comunicarte, 1996. Página 131

[4] "Bangalôs são residências típicas do campo e arredores. Este tipo de edificação tem assumido vários significados e conotações de acordo com o país em que se desenvolveu. Entre nós, ele se desenvolveu, provavelmente, devido à influência inglesa e, posteriormente, se popularizou devido à influência da arquitetura americana e às constantes revistas para cópias de projetos de origem americana. Os bangalôs dos anos 20 e 30 são de influência americana e seu estilo é conhecido como estilo Califórnia ou missão espanhola". KING, Anthony D.The Bungalow. Londres: Theford Press Ltd, 1984. Apud. NASLAVSKY, Guilah. Modernidade Arquitetônica no Recife: modernização da arquitetura no segundo quartel do século XX. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Professor orientador: Carlos Alberto Cerqueira Lemos. São Paulo, 1998.Página 134

O reforço dessa forma de se viver não se limitava ao que se vivia dentro do lar e ostentava nas ruas: a casa deveria expressar essa escolha, mostrando aos de fora o poder que aqueles que ali moravam tinham através de sua fachada e jardim. Roseiras, pinheiros, nogueiras e vários outros tipos de plantas ainda mais exóticas já vinham se implantando mesmo antes do século XX nos ricos sobrados e casas grandes. A europeização ou "reeuropeização" dos jardins das famílias ricas é destacada por Gilberto Freyre mais de uma vez,[5] reclamando como essa colonização vegetal no espaço doméstico traz o sacrifício daquilo que já era conhecido entre os locais. Além de questões ambientais e paisagísticas, elas também são sentimentais e ideológicas, pois a substituição do regional pelo estrangeiro se dá nas flores, formas de se viver na casa, nas roupas, palavras, gestos, na vida menos autêntica enfim, o que provoca em Freyre preocupação e mesmo certa revolta quanto a esse processo onde os vegetais – de comer, de cheirar, de enfeitar - nativos ou já abrasileirados pelo uso e presença, brasileiras de sabor e de cheiro, sendo substituídas por outras cuja utilidade e mesmo a beleza seriam questionáveis. Esses "afrancesamentos" e "inglesamentos" promovidos não eram inocentes; Freyre e outros regionalistas se apresentam tomando partido do que entendiam por nacional nas formas de morar, de viver, de comer e de plantar.

Nessa primeira metade do século XX se assistiu a dois esforços que parecem ter seguido por mão dupla: a derrubada em profusão de velhos sobrados e casarões antigos junto com a busca do estudo, classificação e preservação de obras entendidas como fundamentais à história e a alma brasileiras. Acontece que enquanto se destrói e se constrói, aqueles que possuem poder para fazer tais coisas vão, com frequência de forma proposital, moldando a paisagem e a memória daqueles que nesses espaços possuem relações das mais diversas, principalmente de identidade e afetivas.[6]

> Não foi incomum uma orientação marcadamente reacionária ou autoritária, identificada com um hipernacionalismo delirante que se com uma mão estimulava a pesquisa do fato típico e autêntico na arquitetura da habitação brasileira, com a outra rechaçava algumas de suas formas. Também, o estudo da arquitetura popular foi defendido como forma de intervenção pedagógica na cultura do povo, para instruí-lo de maneira mais eficaz em matéria de higiene, economia doméstica

[5] FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriacarado e desenvolvimento do urbano. Recife: Global E itora. 2004, 15ª edição. Páginas 584-586.

[6] Shama, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

> ou técnicas construtivas, para educá-lo esteticamente ou conservar a cultura nacional.[7]

Natureza tropical, selvagem mas também gentil com suas frutas e plantas medicinais. A casa tradicional brasileira tinha e deveria continuar a ter cajueiros e mangueiras a conviverem nos jardins, tal como ainda era possível de se ver em sobrados remanescentes. A separação mais rígida entre o espaço das flores, das frutas e dos bichos era algo "afrancesado" que não cabia ao cotidiano típico da região. Regionalismo e neocolonialismo se encontram em diversas concordâncias durante as décadas de 1920 e 1930 em causa, interesse e vocabulário, porém não apenas esses grupos estavam a pensar sobre a "essência" do povo, da cultura, da casa; Carlos Lemos[8] nos esclarece um complexo panorama de relações e ideologias que, simplificando, focavam no resgate de uma arquitetura, um estilo de casa que fosse o "elo perdido" entre as necessidades do homem em seu tempo e uma casa que trouxesse em estilo e material o que é genuíno da terra. Casa que com seu chão, teto e paredes não esconde o seu morador como um egoísmo, mas sim porque protege dos invasores danosos aquilo que é mais importante para o povo, que é a sua alma; ela é a casca e semente que nutre a nação.

II – "ONDE HOUVER UMA CASA COM O SEU JARDIM E A SUA HORTA, HÁ UMA DIGNIDADE DE VIVER"

Os bangalôs e as casas antigas não deixaram de existir, mas outras formas de se morar foram ganhando destaque. Desde a segunda metade do século XIX na Europa e no continente americano vários debates ocorreram para se pensar formas de moradia viáveis para as camadas mais pobres que fossem "dignas de um homem viver" e no Brasil esse era um tema ainda mais urgente de se encontrar solução. No Recife os mocambos se estendiam pela paisagem, convivendo com os sobrados, casas art decó "modernas", apartamentos. Entre propostas de viés neocoloniais ou mais inspiradas pelos discursos de Le Corbusier, as mais recorrentes nos anos 1920 a 1930 foram entendidas por Lira como fincadas numa ideia de estilo "racial", onde o colonial português ou as propostas de

[7] LIRA, José Tavares Correia de. Mocambo e Cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espalho urbano. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Professora orientadora: Maria Ruth Amaral de Sampaio. São Paulo: 1996. Página 33

[8] LEMOS, Carlos. El estilo que nunca existió. In: AMARAL, Aracy. Arquitectura neocolonial. São Paulo: Memorial/FCE, 1994.

construções correntes na Europa eram os referenciais, e não as expressões nacionais "de fato", mestiças e populares como os mocambo; eugenia e arquitetura estão próximas demais na busca pela construção da casa ideal brasileira.[9] Os mocambos foram os bastardos da história da habitação, não sendo só as plantas e práticas de viés africanos e indígenas rechaçados como impróprios para a busca profética do lar brasileiro, mas também as práticas domésticas e formas de se construir que a ele remetessem. Na defesa de que a moradia higiênica e digna deve ser proporcionada aos brasileiros por um dever moral e cristão, o mocambo era Inimigo.

Dentro desse contexto, em 1937 o Estado Novo escreve em sua constituição que é dever do governo promover o progresso e felicidade da nação, e isso só poderia acontecer com o povo morando em casas dignas, tanto com um zelo higiênico quanto moral expressos especialmente nos jardins, sendo Agamenon Magalhães um dos principais entusiastas. Com carreira política consolidada e reconhecido como um dos principais representantes de Getúlio Vargas no país, ele o prefeito Novaes Filho realizaram uma série de ações urbanísticas no Recife[10] que objetivavam a reordenação do espaço urbano da cidade através da distribuição do espaço urbano em quatro setores: principal, urbano, suburbano e rural, sendo vetada a construção ou reforma de casas de taipa e mocambos especialmente nos setores principal e urbano. As residências promovidas pelo governo ou iniciativa privada eram determinadas para o setor suburbano, onde também era permitida a construção de indústrias. As centenas de casas derrubadas, mocambos ou casarões antigos, faziam parte do cotidiano da cidade. O progresso custava caro aos cofres e lembranças dos recifenses.

Em 1939 com a criação da Liga Social Contra o Mocambo temos um plano de governo estadual que sistematiza o financiamento, construção de vilas operárias e demolições. Além da questão estética, a eliminação dos mocambos era fundamental para que se promovesse o "novo gosto pela vida". O argumento do "diga-me onde moras que te direi quem és" foi presente entre médicos, engenheiros, jornalistas, religiosos, entre

[9] LIRA, José Tavares Correia de. Op. cit. Página 32

[10] "Como prefeito, derrubei todo aquele bairro de Santo Antônio, onde fiz a ponte Duarte Coelho e a Avenida Guararapes. A abertura da Avenida Dantas Barreto, de Santa Isabel e até da Praça do Carmo foi feita por mim. E quando acabei aquilo tudo, aquele bombardeio danado, derrubei tudo, quem queria construir? Que é do dinheiro? Então pensei: „estou perdido, vou passar como prefeito louco que derrubou tudo e deixou pior, deixou os escombros, em vez das casas velhas, infectas, lá daquele bairro. Era um bairro imundo, de casas de um andar." FILHO, Novaes. Entrevista realizada por Dulce Pandolfi. CPDOC – FGV

outros, havendo a compreensão de que a forma e materiais utilizados na casa influenciavam profundamente na saúde, na moral e no espírito do sujeito que ali habitava. Ao interpretarmos os textos de Magalhães e os de Marianno Filho – médico pernambucano e entusiasta do estilo Neocolonial - encontramos essa sintonia: "o homem sem casa é como planta sem raiz"[11], dizia o interventor, e como haveria de uma nação cumprir o que era de seu destino se morasse em ambiente que não lhe fosse familiar e que não pudesse chamar de seu? Atenderia aos estrangeirismos e às excentricidades vindas da influência cega que os mais ingênuos se expõem, desejando um pretencioso charme europeu sem perceber que não há como se formar o povo brasileiro na casa que parece ser de fora: é preciso que nesse espaço haja o que é realmente seu. Sua casa, seu jardim e sua horta.

O lar é visto como a primeira escola, e é nas virtudes dela que o bom cristão haveria de servir à Deus e a sua pátria. Até 12 de setembro de 1941 tinham sido construídas 32 vilas, totalizando a construção até aquele momento de aproximadamente 4000 casas – bem pouco se levarmos em conta o fluxo migratório e a densidade populacional existente no Recife nesse período[12]. Aqueles que não eram enviados de volta às cidades de interior de onde vieram no fluxo de migração intensa que Pernambuco assistia desde os anos 1920, tinham a possibilidade de comprar suas casas por uns "míseros contos de réis" e viver finalmente com dignidade, mas se entendia que para isso não bastava a casa própria. A educação dos hábitos proporcionaria o ambiente de limpeza, equilíbrio, harmonia, saúde e dignidade à vida doméstica. No processo de relocação dos moradores trabalhavam a Secretaria de Estatística, Propaganda e Turismo e a Diretoria de Reeducação e Assistência Social, esta sendo apresentada como a mais próxima do projeto idealizado por Magalhães para o novo Recife pensado por ele e pelo Chefe da Nação. Essa diretoria seria a responsável pelo dito sucesso dos resultados "civilizadores" da Liga, tanto na perspectiva econômica (formação profissional, encaminhamento a empregos e lições de economia doméstica) quanto no "retorno promissor a certos aspetos ligados à nossa tradição, aos nossos velhos costumes"[13]. O grande desejo do interventor era que a cidade se modernizasse mas sem que se perdessem as práticas de se morar

[11] MAGALHÃES, Agamenon. A casa. Folha da Manhã, 19/08/39, página 3.

[12] GOMINHO, Zélia de Oliveira. Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Jaboatão dos Guararapes: Livro Rápido, 2007.

[13] MAGALHÃES, Agamenon. Velhos Sítios. Folha da Manhã, 10/01/41. Página 3

comuns dos sítios e habitações rurais. Denunciava em seus artigos diários publicados no jornal Folha da Manhã e em seus discursos na rádio PRA-8 os danos da vida moderna e a perda desse espírito rural, desse Éden dos bons costumes.

Nesse desejo da casa ideal, o jardim era pra Agamenon Magalhães mais do que recomendável, era fundamental para ensinar as crianças como se viver com dignidade, especialmente aquelas que vinham de um cotidiano fora da escola, onde passavam os dias a correr pelas ruas pelos mangues, com casas sem quintal e sem jardim para lhes auxiliar no ensino da ordem e da disciplina. O princípio da educação ruralista no Brasil se expandiu na criação de escolas agrícolas e na difusão de que entre as plantas e animais se pode cultivar o progresso do país e o amor à terra. Não se encontra no discurso do interventor apelo à roseiras e plantas que gerassem visual mais "europeu", e sim à fomentação do espírito da roça, vendo-a como tipicamente brasileira[14].

III – "O HOMEM, A NATUREZA, O DESTINO"

Se o ruralismo de Agamenon nos faz interpretar uma lamentação saudosas por um tempo de outrora ideal, por outro é preciso lembrar da postura estadonovista em buscar uma forma e estilo de construção que trouxesse aos olhos o ânimo e o espírito do novo regime[15]. Um exemplo importante desse panorama é o da construção do Ministério da Educação e Saúde, projetado por uma equipe de arquitetos alinhados às propostas de Le Corbusier e com aprovação do então ministro Gustavo Capanema. Seu discurso fervoroso conhecido por muitos durante o Estado Novo já se apresentava durante o governo "provisório" de Vargas, sendo possível interpretar sua intenção com tal edifício como materialização do intuito desse grupo: Capanema entendia a função do Ministério da Educação e Saúde como sendo, por consequência, o Ministério do Homem; e

[14] MAGALHÃES, Agamenon. Missão Ruralista. Folha da Manhã, 21/05/41. Página 3.

[15] "No Brasil falava-se em 'construção do homem novo', ao passo que Le Corbusier se referia a um 'espírito novo' e à necessidade de criar novas mentalidades de morar. Para os intelectuais e ideólogos do Estado Novo, o trabalho seria 'o meio por excelência da superação dos graves problemas sócioeconômicos, a revalorização do homem para evitar o caos.(...) O aspecto pedagógico novamente une o arquiteto e o discurso estado-novista: enquanto o primeiro quer 'ensinar a morar', os ideólogos brasileiros falam em 'civilizar por cima'. Um derradeiro ponto diz respeito à busca de homogeneidade: enquanto no Brasil buscava-se construir uma nacionalidade em oposição a regionalismos, o arquiteto franco-suíço almejava estilo internacional de larga aplicação que terminasse com interpretações nacionalistas de construir". CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, Arquitetura e Patrimônio. In. PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo (org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

juntamente com as práticas de doutrinamento, controle e cooptação promovidos através do cinema, rádio, revistas, jornais, escolas, igrejas, sindicatos, centros comunitários e todos os outros recursos nas mãos do governo, o cotidiano doméstico e as formas de construção das residências brasileiras passavam pela análise do MES, tendo esse ministério envolvido intelectuais como Gilberto Freyre e Mário de Andrade no esforço da definição do que viria a ser propagado pelo regime como "nacional".

Eram tempos de industrialização, de laços culturais, econômicos e políticos com os Estados Unidos e seu American Way of Life pulsando não mais apenas através do cinema mas também nas ruas, com os soldados americanos a desfilarem em seus carros pelas ruas a partir da década de 1940. O Estado Novo e o trabalho dos arquitetos dentro desse contexto demonstram o grande poder percebido na determinação do espaço urbano enquanto além de uma linguagem de reforço; as linhas esbeltas e suntuosas do MES serviram de guia para uma compreensão do dever que a obra pública apresentaria então na paisagem e no cotidiano dos brasileiros, sendo assim tal postura consoante com a visão de que paredes e tetos têm o poder de moldar ações.

O grande nome do paisagismo dessa arquitetura e ideologia foi Burle Marx. Seus projetos de jardins no Recife na década de trinta foram recebidos com admiração ou repulsa mas jamais sem ganhar destaque pelas inovações e sensações que provocavam nos recifenses. Marx mostrou entender a questão moderna de Le Corbusier como o paradigma daquele tempo; em suas ações a relação homem-paisagem é compreendia como também pertencente à homem-natureza, sendo os jardins obras de arte que deveriam satisfazer todas as necessidades de contato com o meio natural tendo em vista que a vida agitada das cidades cada vez mais distanciava o sujeito de momentos de contemplação e integração. A convivência com o vegetal através dos jardins tinha para ele uma dupla função diante disso: ser um instrumento de prazer e um meio de educação que permitisse aos que convivessem com/no jardim perceber a necessidade de preservação do que é coletivo[16]. Tal como a proposta moderna já aqui comentada, ele compreendia que o paisagista – assim como o arquiteto – possui uma missão social, que é o de educar sobre aquilo que é seu: sua casa, sua mata; e para isso o profissional dessa área haveria de zelar pelo viés pedagógico e preservacionista.

[16] MARX, Burle. Considerações Sobre Arte Brasileira. Abril de 1966. Arte e Paisagem: conferências escolhidas. São Paulo: Nobel. 1987.

Apesar da ideologia oficial ser catequisada aos quatro cantos, a recepção aos projetos "modernistas" estava longe de ser de bom grado, não só pela falta de perícia às vezes observada em certas construções como o próprio estranhamento visual provocado. Era como se os construtores houvessem recortado algo do costume no contexto e posto algo destoante, bizarro ou simplesmente errado. Ainda que se esperasse que com o tempo tal figura se tornasse cotidiana, certas ações pareciam simplesmente impossíveis. de se aceitar. O jornalista Mário Mello se mostrou seus textos um dos principais questionadores da tendência modernista na paisagem, especialmente na dos jardins públicos, expondo suas reclamações no Jornal Pequeno contra os novos modelos de construção vistos na cidade, porém pelo se apresenta na leitura de seus artigos poucas coisas causaram tanto estranhamento e indignação ao seu senso quanto o projeto dos jardins das praças de Casa Forte (1934) e Euclides da Cunha (1935)[17].

Porém, se grandes podem ser as expectativas de se encontrar no Recife dessas décadas expressões da Arquitetura Moderna tão debatidas no que diz respeito à casa grande também pode ser a decepção[18]. A forma "castelinho" não foi na realidade o único estilo aplicado, sendo ainda hoje vista na cidade casas com traços art decó frequentemente denominadas como "modernas" e com ampla aceitação: presente em vários projetos, esse estilo é notado principalmente em residências operárias construídas por indústrias no interior de Pernambuco. Nas mudanças observadas nos projetos nesse começo de século, o jardim lateral visto ainda no art decó e nas casas mais tradicionais sofrem modificações. residencial "porta-janela", da preferência por uma extensão alongada da residência (ainda que com espaço no terreno) e dos jardins laterais presentes nas casas já no século XIX; contudo, se observamos quantitativamente as casas do Recife não é possível se dizer que tal estilo foi aplicado na maioria delas; como foi dito anteriormente, a influência neocolonial se mostrou mais presente nos projetos das vilas operárias na cidade e as residências particulares também apresentavam outras formas. Nas mudanças observadas nos projetos nesse começo de século, o jardim lateral visto ainda no art decó e nas casas mais tradicionais sofrem modificações.

[17] "Escrevi dez ou vinte notas aqui contra a loucura de transformar-se num sertãozinho o largo do Benfica, outrora viveiro da Madalena, pelo contraste da vegetação com o ambiente aquático. (...) O resultado é o que se pode ver: se aquilo é jardim, jardim sem flores, inteiramente de espinhos; se é parque, parque sem árvores. (...) Nesse caso do jardim do Benfica não pode haver mau gosto que aplauda aquilo" Jornal Pequeno, 31/03/36, páginas 1-4. Apud SILVA, Aline de Figueirôa. Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872 – 1937). Recife: CEPE, 2010.

[18] NASLAVSKY, Guilah. Op. cit

IV – JARDIM MODERNO?

Levando-se em consideração as questões aqui propostas, o jardim da senhora Sampaio não apresentou nada de muito inovador se pensamos nas questões da Arquitetura Moderna, menos ainda na escolha das plantas que seriam ali cultivadas. A história deste "espaço vegetal" na casa dos anos 1930 e 1940 se mostra como intimamente vinculado às mudanças e permanências de valores, práticas e mentalidades. Existem diferenças entre os termos modernidade, moderno e modernização[19], mas os três se apresentam com frequência como sinônimos nas palavras de vários daqueles que foram lidos para a produção deste texto. Moderno para eles era sinônimo de novidade, promessa, avanço, sofisticação que cujo referencial vinha das escolhas das "elites" e se reverberavam enquanto tendência ou opção forçada no que diz respeito à residência.

A possível ausência de cactos e mandacarus nas casas recifenses – uma das grandes provocações estimuladas por Burle Marx e sua divulgação de um jardim que expresse o regional - podem estar relacionadas a duas questões: a primeira diz respeito à falta de conhecimento sobre o manejo de plantas ao mesmo tempo tão comuns e estranhas pode ser apontada como fator determinante mas não o suficiente para a presença dessa dissonância. A segunda está relacionada aos diversos registros sobre a cultura recifense nos anos 1930 e 1940, onde se percebe uma hierarquização simbólica sobre os que as plantas representam.

Os aterramentos dos mangues da cidade à larga margem eram compreendidos como parte fundamental da higienização da cidade tanto por uma questão profilática (livrar-se dos mosquitos e demais animais desagradáveis ao humano) quanto de eliminação do simbolismo desagradável que ao qual a lama remetia: lixo, fezes, fedor, atraso, doença, miséria, aversão. Tal como o mocambo, o mocambeiro era também sujo, era tumor denunciante do processo segregacionista do desenvolvimento econômico da cidade crescentemente próspera mas só para alguns. Os cactos por sua vez representavam também miséria, mas de outra paisagem: a do sertão, que com seu clima seco remetia ao

[19] REZENDE, Antônio Paulo Moraes. (Des) encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e de Ciências Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

atraso, à desolação, à miséria em nível talvez até pior que o do mangue, pois se entendia que nada havia de crescer naquele solo seco, como poderia então um homem prosperar.

O que parece ter sido mais usual nos jardins das casas da cidade é o esforço pelas rosas, pelas orquídeas, pelas flores bonitas e sofisticadas, como uma boa parte das coisas inglesas e francesas costumavam ser entendidas. Uma parte considerável da população dos mocambos, ainda a única alternativa de moradia para muitos pobres, vinha de cidades sertanejas e ainda há de ser pesquisada a reação desse grupo ao ambiente e paisagem recifenses, assim como deve ter sido a compreensão de como em um dos bairros mais tradicionais se escolhe colocar plantas do sertão. Além disso aqueles que conviviam com os jardins de suas casas possivelmente não tinham um entendimento tão profundo e intenso como o de Marx quanto a questão da natureza no lar, sendo esse ambiente pela maioria mais experimentado como local de transição entre a casa e a rua, local de namoros, conversas e brincadeiras, ou mesmo como simplesmente representação de status e valorização da residência tal como já se tinha na cultura local. O jardim e a casa aparecem nesse panorama como espaços de reforços ideológicos, políticos e sociais, como lugar de afetividades e representações, como espaço de memórias e vivências cujos relatos e documentos a respeito nos oferecem uma grande dimensão de questões para se ver o período do Estado Novo a partir de novas perspectivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria das Graças Andrade Ataíde de. A Construção da Verdade Autoritária. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, Arquitetura e Patrimônio. In. PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo (org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
CORREIA, Telma de Barros. Art Decó e Indústria no Brasil, décadas de 1930 a 1950. Anais do Museu Paulista. v. 16. n.2. jul.-dez. 2008.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriacarado e desenvolvimento do urbano. Recife: Global Editora. 2004.

FILHO, José Marianno. A Margem do Problema Arquitetônico Nacional. Rio de Janeiro: 1943. FILHO, Nestor Goulart Reis. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Jaboatão dos Guararapes: Livro Rápido, 2007.

LEENHARDT, Jacques (org.). Nos Jardins de Burle Marx. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LEMOS, Carlos. El estilo que nunca existió. In: AMARAL, Aracy. Arquitectura neocolonial. São Paulo: Memorial/FCE, 1994.

LIRA, Jose Tavares. Fraturas de vanguarda. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

LIRA, José Tavares Correia de. Mocambo e Cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espalho urbano. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Professora orientadora: Maria Ruth Amaral de Sampaio. São Paulo: 1996.

MARX, Burle. Arte e Paisagem: conferências escolhidas. São Paulo: Nobel. 1987. NASLAVSKY, Guilah. Modernidade Arquitetônica no Recife: modernização da arquitetura no segundo quartel do século XX. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Professor orientador: Carlos Alberto Cerqueira Lemos. São Paulo, 1998.

PARAÍSO, Rostand. Antes que o tempo apague: crônica dos 40 e 50. Recife: Comunicarte, 1996.

_____. O Recife e a II Guerra Mundial. Recife: Bagaço, 2003.

PONTUAL, Virgínia. Uma Cidade e Dois Prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora da UFPE. 2011.

REZENDE, Antônio Paulo Moraes. (Des) encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e de Ciências Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

SHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Aline de Figueirôa. Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872 – 1937). Recife: CEPE, 2010.